

A COLONIZAÇÃO MAÇÔNICA INGLESA:

Na contramão dos princípios maçônicos

(THE ENGLISH COLONIZATION: Contrary to the masonic principles)

Kenny Ismail ¹

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo compreender o impulso que a expansão do Império Britânico promoveu à colonização maçônica inglesa nos cinco continentes, por meio da criação de Grandes Lojas Distritais da Grande Loja Unida da Inglaterra em cada território ocupado. É feita uma breve descrição do histórico de domínio britânico no território em que está localizada cada Grande Loja Distrital, de forma a compreendermos as razões que levaram à sua existência. Dentre todos os casos, verifica-se apenas uma incongruência: o Brasil.

Palavras-chaves: Império Britânico; Maçonaria Inglesa; Maçonaria Brasileira.

Abstract

This study aims to understand the impulse that the expansion of the British Empire promoted to the English Masonic Colonization on the five continents, through the creation of District Grand Lodges of the United Grand Lodge of England in each occupied territory. A brief description of British dominion history is made in the territory of its location each District Grand Lodges in order to understand the reasons which led to its existence. Among all cases, there is only one mismatch: Brazil.

Keywords: British Empire; English Freemasonry; Brazilian Freemasonry.

¹ Kenny Ismail é bacharel em Administração pela UnB, com MBA em Gestão de Marketing pela ESAMC e Mestrado Acadêmico em Administração pela EBAPE-FGV. Atua como Professor Titular do IESGO. Mestre Instalado, MRA, SEM, KT e KTP na Maçonaria, é membro da Loja Maçônica "Flor de Lótus" n. 38 da GLMDF. E-mail: kennyoismail@gmail.com

1. Introdução

A pesquisadora Jessica Harland-Jacobs (2007) relata que, enquanto em muitos países a Maçonaria se mostrou uma instituição cosmopolita e inclusiva, a Grande Loja Unida da Inglaterra optou por seguir um caminho diverso, tornando-se essencialmente imperialista, branca, protestante e de classe média/média-alta. Em suas próprias palavras, os maçons ingleses “tiveram que negociar uma disjunção entre sua ideologia universalista... e suas funções e pressupostos como imperialistas”.

Jessica teve razões para chegar a essa conclusão. No artigo de Andrew Prescott (2007), por exemplo, vê-se que, logo após a fusão das duas Grandes Lojas inglesas, surgindo então a Grande Loja Unida da Inglaterra, iniciou-se um movimento, capitaneado por Robert Crucefix, para restringir na Inglaterra o ingresso à Maçonaria apenas para cristãos - não católicos, obviamente - além da promoção de um elitismo, taxando maçons escoceses e irlandeses como “mendigos maçônicos”. Prescott ainda registra fatos relacionados às primeiras Lojas Maçônicas inglesas em colônias como a Índia, e o preconceito que reinava nessas Lojas acerca dos nativos das colônias, suas religiões e classe social. Um dos fortes indícios apontados por Prescott para confirmar a tendência religiosa da Maçonaria inglesa são as melodias de origem cristã dos hinos adotados no Ritual de Emulação e em vários outros rituais ingleses.

Sobre a relação do Império Britânico e a Maçonaria, a Enciclopédia Britânica (2014) chega a creditar a disseminação da Ordem Maçônica à expansão do Império. Considerando que 2/3 dos maçons do mundo estão nos Estados Unidos, inicialmente uma colônia inglesa, isso não deixa de ser verdade.

No início do Século XX, o Império Britânico dominava ¼ da população e do território do planeta (MADDISON, 2001). Entretanto, hoje possui de fato apenas quatorze territórios ultramarinos fora do Reino Unido, tendo todos os demais domínios, protetorados, colônias e territórios sob seu domínio decretado independência. Partindo

da premissa de estrita relação entre a “colonização britânica” e sua “colonização maçônica”, o presente estudo tem por objetivo verificar o atual status dessa última.

2. A Maçonaria Inglesa fora da Inglaterra

A seguir, apresenta-se um levantamento de todas as Grandes Lojas Distritais subordinadas à Grande Loja Unida da Inglaterra (UGLE, 2014). São, ao todo, 33 (trinta e três) Grandes Lojas Distritais sem soberania maçônica, localizadas na Europa, Ásia, Oceania, Américas e, principalmente, na África.

É feita uma breve descrição do histórico de domínio britânico no território em que está localizada cada Grande Loja Distrital, de forma a compreendermos as razões que levaram à sua existência. Dentre todos os casos, verifica-se apenas uma incongruência: o Brasil.

2.1. Europa

2.1.1. Grande Loja Distrital de Chipre

Chipre é uma ilha do mar mediterrâneo, próxima à Turquia, Síria, Líbano e Grécia. Foi colônia britânica de 1878 até sua independência, em 1960. Ainda possui território ultramarino britânico (VARNAVA, 2009).

2.1.2. Grande Loja Distrital de Gibraltar

Gibraltar é uma pequena península no sul da Península Ibérica. É território ultramarino britânico desde 1713 (CONN, 1943).

2.2. Ásia

2.2.1. Grandes Lojas Distritais de Bengala, Bombaim, Madras e Norte da Índia

Essas quatro Grandes Lojas Distritais estão localizadas em quatro importantes regiões da Índia, que foi colônia britânica a partir do Século XIX, até 1947 (TOMLINSON, 1975).

2.2.2. Grande Loja Distrital do Arquipélago Oriental

Localizada na Malásia. Muitos dos Estados da Malásia eram colônias britânicas do Século XVIII até a segunda metade do Século XX (POWELL, 2002).

2.2.3. Grande Loja Distrital de Hong Kong

Hong Kong tornou-se colônia britânica após a 1ª Guerra do Ópio, no Século XIX, até 1997, quando a China reassumiu essa Cidade-Estado (BOYLE, 1997).

2.2.4. Grande Loja Distrital do Paquistão

O Paquistão esteve sob domínio britânico entre 1947 e 1956 (GANGULY, 2001).

2.2.5. Grande Loja Distrital de Sri Lanka

Sri Lanka, ilha ao sul da Índia, foi colônia britânica de 1796 a 1931 (SILVA, 1981).

2.3. África

2.3.1. Grande Loja Distrital da África Oriental

Localizada no Quênia, colônia britânica de 1885 até 1963 (GERTZEL, 1970).

2.3.2. Grande Loja Distrital de Gana

Gana, país da África Ocidental, foi colônia britânica entre 1874 e 1957 (AUSTIN, 2007).

2.3.3. Grandes Lojas Distritais de Kwazulu-Natal, do Estado Livre de Orange, da Divisão Central da África do Sul, da Divisão Oriental da África do Sul, da Divisão Ocidental da África do Sul, e do Norte da África do Sul

São seis Grandes Lojas Distritais em diferentes regiões da África do Sul. A África do Sul foi colônia britânica de 1843 até 1961 (WORDEN,

2012).

2.3.4. Grande Loja Distrital de Namíbia

A Namíbia foi uma província da União Sul-Africana a partir de 1918, a qual era um domínio britânico desde 1910, até 1961. A África do Sul declarou independência do Império Britânico em 1961, mas permaneceu colonizando a Namíbia por mais cinco anos, quando a mesma conquistou sua independência (MARSHALL, 1996).

2.3.5. Grande Loja Distrital da Nigéria

A Nigéria, localizada na África Ocidental, foi colônia britânica do final do Século XIX até 1960, quando se tornou independente (GALLAGHER, 1982).

2.3.6. Grande Loja Distrital de Serra Leoa e Gâmbia

Serra Leoa foi protetorado britânico a partir de 1808 até 1971. Gâmbia foi colônia britânica de 1857 a 1965 (MARSHALL, 1996).

2.3.7. Grande Loja Distrital de Zâmbia

Zâmbia está localizada na África Austral. Colônia britânica a partir de 1888 até 1963 (HYAM, 2010).

2.3.8. Grande Loja Distrital de Zimbabwe e Malawi

O Zimbabwe tornou-se colônia britânica em 1888, declarando independência em 1965. Malawi também esteve sob domínio britânico, de 1891 a 1964 (MARSHALL, 1996).

2.4. Oceania

2.4.1. Grandes Lojas Distritais da Ilha do Norte e da Ilha do Sul – Nova Zelândia

A Nova Zelândia foi colônia britânica a

partir de 1841. Em 1947, passou a ser um reino da Comunidade Britânica, tendo a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado (GALLAGHER, 1982).

2.5. Américas

2.5.1. Grande Loja Distrital de Bahamas e Ilhas Turcas

Bahamas e Ilhas Turcas foram colônias britânicas a partir de 1718. Bahamas é internamente independente, mas ainda está sob a tutela da Inglaterra, tendo a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. As Ilhas Turcas são território ultramarino britânico (OLSON, SHADLE, 1996).

2.5.2. Grande Loja Distrital de Barbados e Caribe Oriental

Barbados tornou-se colônia britânica ainda em 1624, alcançando sua independência em 1966, mas mantendo-se membro da Comunidade Britânica (ARMITAGE, 2000).

2.5.3. Grande Loja Distrital de Bermuda

Bermuda é território ultramarino britânico desde 1609 até atualmente (Ibidem).

2.5.4. Grande Loja Distrital de Guiana

Anteriormente conhecida como Guiana Inglesa, foi cedida pela Holanda à Inglaterra em 1814. Tornou-se independente em 1966, mas permanece como membro da Comunidade Britânica (MARSHALL, 1996).

2.5.5. Grande Loja Distrital da Jamaica e Ilhas Cayman

A Jamaica tornou-se domínio britânico em 1655, alcançando independência em 1962, mas ainda compoando a Comunidade Britânica e tendo a Rainha Elizabeth II como Chefe de Estado. As Ilhas Cayman ainda são um território britânico

ultramarino (GALLAGHER, 1982).

2.5.6. Grande Loja Distrital de Trinidad e Tobago

Trinidad e Tobago foram cedidas à Inglaterra em 1802, alcançando sua independência em 1962 (MARSHALL, 1996).

2.5.7. Grande Loja Distrital da Divisão Sul da América do Sul

Sede na Argentina. A Inglaterra domina as Ilhas Malvinas desde 1833 e venceu a Argentina pela disputa desse território num conflito conhecido como Guerra das Malvinas, em 1982. As Ilhas Malvinas são consideradas território britânico ultramarino (BECK, 1988).

2.5.8. Grande Loja Distrital da Divisão Norte da América do Sul

Localizada no Brasil, único país com uma Grande Loja Distrital da Grande Loja Unida da Inglaterra que nunca foi colônia britânica e que nunca teve ou tem em seu território um território britânico ultramarino.

3. Brasil: única exceção

Para compreender essa anomalia maçônica ocorrida no Brasil, faz-se necessário recorrer à obra de Peter Swanson (1928), intitulada "A História da Maçonaria Simbólica 'Craft' no Brasil. Ressalta-se que tal obra foi à época sancionada pelo Grão-Mestre do Grande Oriente do Brasil. Em suas páginas, há a menção de que a Loja "Eureka", trabalhando no Ritual de Emulação, apresentou em 1902 ao Grande Oriente do Brasil o que o autor chama de "diferenças", pois acreditavam "que não poderiam reconciliar os seus princípios com certas disposições estabelecidas pela Constituição" (SAWNSON, 1928, p.10).

Em seguida, o autor esclarece quais seriam essas "diferenças", esses "princípios" irreconciliá-

veis, ao relatar episódio ocorrido em 1909 (p. 10):

Mas a tese que causou um alarme muito sério para os Irmãos de fala inglesa foi a proposta (do GOB) de que “o momento histórico atual exige a simplificação dos rituais, através do que o princípio da mais ampla tolerância dominará no interior de todos os templos, abraçando o âmago da Maçonaria, deístas e **ateus**, sectários de quaisquer religiões e livres pensadores”. Tal era a situação naquela época e muitos Irmãos acharam que era impossível continuar sob o Grande Oriente, nas circunstâncias (GRIFO NOSSO).

Os maçons ingleses, temerosos por essas iniciativas maçônicas do Grande Oriente do Brasil, que afrontavam os princípios de regularidade da Maçonaria inglesa, enviaram várias correspondências suplicando a atenção da Grande Loja Unida da Inglaterra para o problema que enfrentavam. O receio maior, conforme o autor, era o de serem considerados irregulares em sua própria terra natal. A reação da Grande Loja Unida da Inglaterra foi por meio de correspondência de seu então Grande Secretário, E. Letchworth, ao Grande Oriente do Brasil, em 1912. Correspondência essa que consta como anexo da obra (pp. 38-40):

Foi representado, à Grande Loja Unida da Inglaterra que assuntos britânicos que pertencem a diversas fraternidades Maçônicas no Brasil e na Argentina, encontram-se em considerável dificuldade em termos de consciência, vendo que os princípios e objetivos da Maçonaria praticada na América do Sul diferem muito daqueles observados neste país. Estes Irmãos estão, é claro, **ansiosos para serem recebidos como Maçons quando retornarem à sua terra natal e existem sérios obstáculos para eles serem reconhecidos como tal**, em vista de sua associação

presumida com propaganda antagônica aos seus corpos religiosos e com simpatia por movimentos políticos.

Deve ser, naturalmente, do vosso conhecimento que os princípios vitais e fundamentais da Maçonaria inglesa, impedem os membros do Craft neste país e em todo o Império Britânico, de se engajarem, como Maçons, em controvérsias religiosas ou políticas, de maneira que eles são, naturalmente, **avessos a associação com aqueles que se acredita que usam a Maçonaria para essa finalidade.** (...)

Nestas circunstâncias, o Venerabilíssimo Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra decidiu enviar uma representação de eminentes Irmãos para averiguar *in loco* dentro das circunstâncias reais do caso e relatar à Grande Loja (GRIFOS NOSSOS).

O resultado dessa missão inglesa ao Grande Oriente do Brasil foi a criação do *Grand Council of Craft Masonry in Brazil*, um embrião do que viria a se tornar a Grande Loja Distrital, proposta inglesa inicial que havia sido devidamente rejeitada pelo então Grão-Mestre, Lauro Sodré.

Posteriormente, a Diretoria de Assuntos Gerais do gabinete do Grão-Mestre da Grande Loja Unida da Inglaterra envia um relatório da referida missão no Brasil, a ser lido na Comunicação Trimestral daquela Grande Loja, em 1813 (pp.11-21):

Por alguns anos, foram feitas representações ao Muito Venerável Grão-mestre a respeito de que os Maçons Ingleses residentes no Brasil encontravam dificuldades de reconciliar a sua associação com os Maçons daquele país, com estrita adesão aos princípios dos Maçons Ingleses, sendo estes de **reconhecimento do G. A.D.U. e a abstenção, nas Lojas, de controvérsias religiosas ou políticas.** (...)

Profundamente impressionado com a

importância dessas representações e convencido de que nada, a não ser a negociação pessoal, poderia obter um acordo satisfatório, o M. V. Grão-Mestre decidiu, com o consentimento da Diretoria, a quem essa intimação fora cortesmente comunicada, adotar a **conduta incomum de mandar uma Missão ao Brasil**. (...)

O Grão-Mestre considera que a Missão se desincumbiu da sua missão com habilidade e sucesso, altamente creditáveis a eles próprios e amplamente satisfatório para ele. Descobriu-se que **seria impossível obter o consentimento do Grande Oriente para o estabelecimento da jurisdição direta da Grande Loja da Inglaterra no território do Brasil**, mas um acordo foi concluído, o qual, na opinião do Grão Mestre, asseguraria, efetivamente, a independência para as Lojas no Brasil compostas de britânicos e garantiria a regularidade dos seus trabalhos, em conformidade com os princípios da Maçonaria inglesa. Mais do que isso, descobriu-se ser não somente impraticável, mas impossível e a Diretoria à qual o Venerabilíssimo Grão Mestre atenciosamente comunicou a correspondência concernente à Missão, recebe com prazer a garantia de que o acordo é aceitável e satisfatório (GRIFOS NOSSOS).

As razões que motivaram os maçons ingleses no Grande Oriente do Brasil a recorrerem à Grande Loja Unida da Inglaterra ficaram explícitas no relatório: a supressão da menção ao Grande Arquiteto do Universo e a discussão de questões políticas e religiosas. A Grande Loja Unida da Inglaterra agiu rapidamente, enviando uma comitiva ao Brasil para negociar a fundação de uma Grande Loja Distrital da Grande Loja Unida da Inglaterra em território brasileiro. A proposta foi, acertadamente, rejeitada pelo Grande Oriente do Brasil, de forma tão enfática que a comitiva relatou que “seria impossível obter o consentimento do Grande Oriente para o estabelecimen-

to da jurisdição direta da Grande Loja da Inglaterra no território do Brasil”.

No entanto, em 1935, um tratado de reconhecimento mútuo foi assinado entre a Grande Loja Unida da Inglaterra e o Grande Oriente do Brasil, e as dez Lojas que compunham o *Grand Council of Craft Masonry in Brazil* foram desligadas do Grande Oriente do Brasil e passaram a pertencer à recém-fundada Grande Loja Distrital, recebendo registros na Grande Loja Unida da Inglaterra (GENZ, 2013). Ou seja, o que antes era impossível aconteceu, e a Grande Loja Unida da Inglaterra alcançou seu intuito inicial, fazendo valer os esforços daquela comitiva de 1912.

A justificativa mais aceitável para essa mudança drástica de postura do Grande Oriente do Brasil, de “nunca” para “só se for agora”, foi a transformação do cenário maçônico nacional. Em 1935, já havia dez Grandes Lojas Estaduais brasileiras, somando muitos reconhecimentos internacionais, principalmente nos Estados Unidos. Portanto, aquela soberania maçônica territorial, que anteriormente tornava a proposta inglesa totalmente inaceitável, agora estava ameaçada. Assim, os termos ingleses pareciam naquele momento tanto quanto toleráveis em contrapartida ao que estava sendo oferecido: exclusividade de reconhecimento, a qual durou mais de meio século.

4. Considerações Finais

É fato que o Império Britânico alcançou plena expansão no Século XIX, levando consigo sua cultura e tradições às colônias, entre elas, sua Maçonaria elitista, composta por homens brancos de ternos pretos. Entretanto, apesar do declínio do império no Século XX, acentuado após a 2ª Guerra Mundial, a Grande Loja Unida da Inglaterra conseguiu manter sua colonização maçônica nos principais territórios que um dia estiveram sob domínio britânico.

Como pôde ser visto, a disparidade ocorre no Brasil, único país sem qualquer histórico de autoridade britânica em seu território, mas que permitiu a presença de uma Grande Loja Distrital

da Grande Loja Unida da Inglaterra em sua jurisdição a partir de 1935, por força de um tratado entre o Grande Oriente do Brasil e a Grande Loja inglesa. É, assim, o único país com uma Grande Loja Distrital que não é uma ex-colônia e não tem em sua costa um território britânico ultramarino. E as razões e motivos que levaram a isso foram explicitados no capítulo anterior.

Até mesmo algumas colônias britânicas que alcançaram sua independência já “nacionalizaram” sua Maçonaria, extinguindo uma ou mais Grandes Lojas Distritais de seus territórios. Essa é a tendência a ser observada nas demais localidades durante o Século XXI, e espera-se que no Brasil não seja diferente, com a incorporação das Lojas que compõem a Grande Loja Distrital da Divisão Norte da América do Sul a uma Obediência brasileira, de preferência o próprio Grande Oriente do Brasil, que permitiu seu surgimento.

Ora, todo maçom já ouviu falar que a Maçonaria é universal, sem preconceitos de fronteiras e raças. Sendo assim, não há qualquer necessidade de um maçom, seja qual for sua nacionalidade, se submeter à organização maçônica de sua terra natal enquanto vive em uma nação que possui suas próprias organizações maçônicas. As Obediências brasileiras estão repletas de estrangeiros em suas Lojas. Com os ingleses não deveria ser diferente.

Importante registrar que, quando essa incorporação ocorrer, isso nada acarretará ao reconhecimento da Grande Loja Unida da Inglaterra a Obediências brasileiras (reconhecimento esse, diga-se de passagem, tão superestimado no meio maçônico nacional), visto não ocasionar em qualquer irregularidade que justifique um rompimento. Trata-se não apenas de um futuro ato de soberania maçônica, tão explícita na literatura da antiga fraternidade, num território que simplesmente nunca esteve sob o cetro da Coroa Britânica. Trata-se, principalmente, de honrar o trabalho e vida maçônica de maçons patriotas como Lauro Sodré, que há mais de 100 anos fizeram o que era certo e disseram não à Inglaterra e sim ao Brasil.

5. Referências Bibliográficas

- ARMITAGE, D. *The Ideological Origins of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- AUSTIN, G. Labour and land in Ghana, 1874-1939: a shifting ratio and an institutional revolution. *Australian economic history review*, 47 (1), 2007, p. 95-120.
- BECK, Peter J. *The Falkland Islands as an international problem*. London, U.K. : Routledge, 1988.
- BOYLE, J. Imperialism and the English Language in Hong Kong. *Journal of Multilingual and Multicultural Development*, Vol. 18, No. 3, 1997, p. 169-181.
- CONN, S. Gibraltar in British Diplomacy in the Eighteenth Century. *Herbert Rosinski Social Research*, Vol. 10, No. 2, 1943, p. 259-261.
- ENCICLOPÉDIA BRITÂNICA. *Maçonaria*. Disponível em: <http://www.britannica.com/EBchecked/topic/218618/Freemasonry>. Acesso em: 20/08/2014.
- GALLAGHER, J. *The Decline, Revival and Fall of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- GANGULY, S. *Conflict Undending: India-Pakistan tensions since 1947*. New Delhi, India: Oxford University Press, 2001.
- GENZ, P. V. *A Maçonaria Inglesa no Brasil*. São Paulo: Madras, 2013.
- GERTZEL, C. *The Politics of Independent Kenya: 1963-8*. London: Heinemann, 1970.
- HARLAND-JACOBS, Jessica. *Builders of Empire: Freemasonry and British Imperialism: 1717-1927*. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 2007.
- HYAM, R. *Understanding the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- MADDISON, A. *The World Economy: A Millennial Perspective*. Paris: OECD Publications, 2001.
- MARSHALL, P. J. (Ed.). *The Cambridge Illustrated History of the British Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- OLSON, J. S.; SHADLE, R. *Historical Dictionary of the British Empire*. Westport: Greenwood Press, 1996.
- POWELL, R. Language Planning and the British Empire: Comparing Pakistan, Malaysia and Kenya. *Current issues in language planning*, Vol.3, No.3, 2002, p. 205-279.

PRESCOTT, Andrew. *A History of British Freemasonry: 1425-2000*. Sheffield: Centre for Research into Freemasonry and Fraternalism, 2007.

SILVA, K. M. *A History of Sri Lanka*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1981.

SWANSON, P. *A História da Maçonaria Simbólica 'Craft' no Brasil*. Rio de Janeiro: Comp.Litho Ferreira Pinto, 1928.

TOMLINSON, B. R. *India and the British Empire, 1880-1935*. Indian Economic & Social History Review, Vol. 12, 1975, p. 337-380.

UGLE – United Grand Lodge of England. *Districts & Groups*. Disponível em: <http://www.ugle.org.uk/about/districts-groups>. Acesso em: 20/08/2014.

VARNAVA, A. *British Imperialism in Cyprus, 1878-1915: the Inconsequential Possession*. Manchester: Manchester University Press, 2009.

WORDEN, N. *The making of modern South Africa: conquest, apartheid, democracy*. 5th ed. Chichester, West Sussex: John Wiley & Sons Ltd, 2012.